

SISEJUFE **FIQUE POR DENTRO**

STF diz o que todos nós sabíamos: não existe impedimento para a aprovação do PL 6.613/2009

Agora não existe mais nenhum argumento para não aprovarem na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), da Câmara, o nosso PCS 4. O Supremo Tribunal Federal (STF) encaminhou à CFT o ofício nº 211-GP em que apresenta todos os elementos que possibilitam aprovação do nosso projeto de lei e, ao mesmo tempo, desconstitui todos os argumentos da Nota Técnica nº 12 da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, de 17 de junho. O documento do STF, de 4 de julho, discute a suposta falta de previsão expressa de recursos no anexo V da Lei Orçamentária de 2011, lamentando a omissão da nota técnica que não registrou que a Lei 12.381/2011 prevê a possibilidade de abertura de créditos suplementares no corrente exercício para atender a execução do PL 6.613

Posicionando-se de forma mais clara sobre o PL 6.613, o presidente do STF, ministro Cezar Peluso, diz no ofício que o argumento da falta de parecer do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é mais uma das medidas protelatórias para não aprovar o PCS4 da categoria, visto que o CNJ é também signatário do PL. Peluso argumenta que não houve omissão da estimativa do impacto orçamentário nos dois exercícios posteriores à aprovação do PL. O presidente do Supremo explicou que o ofício 304/GP já informou ao Ministério do Plane-

jamento, Orçamento e Gestão (MPOG) o impacto decorrente do PL 6.613 nos exercícios de 2011 e 2012. "Para não deixar dúvida quanto à questão, junta-se ao presente ofício quadro atualizado com o referido impacto para os exercícios de 2012 e 2013", diz um trecho do documento assinado por Peluso.

De acordo com o ofício enviado à CFT, os valores atualizados do impacto do PL 6613 foram incluídos na pré-proposta orçamentária de 2012 de todos os órgãos do Poder Judiciário da União e serão confirmados na proposta orçamentária a ser entregue ao

Poder Executivo até o dia 15 de agosto deste ano.

A categoria pressiona os parlamentares da CFT para aprovar o PL 6.613/2009. Desde o dia 5 de junho, servidores de todo o país estão fazendo um corpo a corpo com os parlamentares da CFT da Câmara para que eles aprovem na comissão o PL 6.613 – que significará o nosso reajuste salarial.

Agora é fortalecer a greve para arrancar a vitória da categoria. É greve forte e pressão nos parlamentares para arrancar o PCS4!